



Juliana Moura

Os vigilantes de empresas privadas e do Estado terão na próxima quarta-feira, 17, uma audiência no MPE para discutir a falta de pagamento dos 30% de periculosidade às categorias. Segundo Reginaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Sergipe (Sindivigilantes), já existe uma ação no Ministério Público Estadual (MPE/SE), que exige a remuneração aos profissionais, mas as empresas particulares não cumprem o que foi determinado. “Em dezembro do ano passado, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a lei 12.740, que obriga as empresas particulares e o Estado a pagarem a periculosidade aos vigilantes. Porém, até o momento, nada foi feito. Já existe uma ação do MPE, referente ao assunto, e mesmo assim o pagamento ainda não foi efetuado. Por isso, participaremos de uma audiência porque são mais de seis mil vigilantes privados à espera de uma solução”, disse.

E os vigilantes do Estado, lotados em escolas públicas, estão passando pela mesma situação dos profissionais das empresas particulares. De acordo com Waldir Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Sintrase), cerca de 1.600 vigilantes estão na expectativa para o pagamento dos 30%.

“A lei existe, foi sancionada no ano passado, mas até agora não foi cumprida. A periculosidade é um direito nosso e vamos lutar por isso. Em outras gestões do Governo o pagamento era feito, porém, a remuneração foi cortada desde a última administração do Estado. E não entendemos o porquê”, conta.

SE • Manifestação

ER/ As duas categorias, que envolvem os vigilantes das empresas particulares e do Estado, realizaram em conjunto, na quarta-feira, 10, uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa de Sergipe para reivindicar a ausência dos 30% de periculosidade.

Para Carlos dos Santos, que atua na área privada há 21 anos, o salário da categoria



DE ACORDO COM O SINTRASE, CERCA DE 1.600 VIGILANTES ESTÃO NA EXPECTATIVA DESSE PAGAMENTO DE 30%

já é defasado, e com a falta dos 30%, a renda dos profissionais fica ainda pior. “Realmente, estamos indignados com tudo isso. Já recebemos muito pouco, temos direito a periculosidade e mesmo assim as empresas não pagam. A manifestação é o único jeito que temos para lutarmos pelos nossos direitos”, desabafa.

Outro vigilante que também está insatisfeito com o não pagamento é Ricardo Pires. De acordo com ele, as empresas particulares se recusam a cumprir a lei, o que tem prejudicado os profissionais da categoria. “É um direito nosso, está na lei, mas mesmo assim as empresas não pagam. Além da periculosidade, estamos lutando pelo reajuste do nosso salário. A categoria pede 30% de aumento e a proposta das empresas é de 6,5%. Pedimos esse reajuste para compensar os anos anteriores porque a má gestão do antigo sindicato acabou prejudicando a gente”, declara.

• Estado e empresas

De acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), saiu um parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) informando que os vigilantes do Estado não têm direito a periculosidade, já que eles recebem adicional noturno. Devido a isso, a Secretaria utiliza a legislação vigente e acata as orientações da PGE.

Já segundo a assessoria de comunicação do Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Sergipe (Sindesp), a lei 12.740 ainda não foi regulamentada, mas as empresas já pagam 15% de adicional de risco de vida ou periculosidade aos profissionais e pretende pagar mais 15%, formando os 30% exigidos na lei. No entanto, ainda de acordo com a assessoria, os vigilantes pedem os 30% e querem também continuar recebendo os 15% que já é pago.